

Educação Infantil: gestão e formação do profissional que atua com a criança

**Anizia Aparecida Nunes Luz
Lucrecia Stringhetta Mello**

Resumo:

O trabalho parte de estudos no campo da educação infantil e reporta-se ao papel da gestão na organização da proposta curricular e das ações planejadas nos espaços e tempos das instituições educativas. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa cuja problemática vem se desenhando no contexto vivido em dois espaços que se cruzam, no exercício da função e no da participação de um grupo de estudos. Desenvolve-se sob a égide da interdisciplinaridade no sentido de observar a ‘atitude’ dos gestores em relação a articulação entre saberes teóricos e saberes da prática sem perder de vista a totalidade que envolve as políticas destinadas à gestão. No trajeto que vem se desenhando, reconhecemos a importância de um esforço reflexivo sobre as ações que possibilitam desencadear a construção de uma ‘cultura de gestão’ permeada pelo diálogo, escuta do outro e partilha de saberes.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gestão escolar. Infância.

Introdução

A educação infantil vem se fortalecendo nas últimas décadas em decorrência dos movimentos nacionais, internacionais pelos direitos da criança iniciados com a “Declaração Universal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes” (1959) ganhando espaço político no Brasil com a Constituição Federal (1988), LDB 9394 (1996), a Resolução nº 5 entre outras. Temos desde então o surgimento de um “novo paradigma do atendimento à infância”. (PARECER CNE/CEB n. 20, p. 1, (2009).

Para além da esfera das políticas públicas educacionais, presenciamos os avanços ancorados pelas pesquisas e produções teóricas relacionadas à conceituação de infância, ao seu desenvolvimento no campo da psicologia, sociologia, cultura e educação. As discussões encaminham para mudanças que acarretam encargos específicos para esse nível de educação no sentido de repensar a organização das instituições educativas, bem como a formação dos profissionais e o papel dos gestores.

Iniciamos por rever a gestão escolar, uma vez que desde a promulgação da LDB em 1996 a mesma vem sendo discutida, especialmente quando se fala em gestão colegiada envolvendo a comunidade escolar em vários aspectos, ressaltamos aqui as questões de parceria e de respeito ao coletivo. Neste contexto, pela relevância que

adquire a gestão na Educação Infantil e pela necessidade em rever a formação dos profissionais que nela atuam tomamos como parâmetro a vivência na coordenação da área de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a organização e participação do Grupo de Estudos de Formação, espaço de discussão e reflexão sobre a função dos gestores/profissionais da Educação Básica.

Este texto resulta da reflexão articulada por esses dois espaços a partir de um recorte da pesquisa de doutoramento, ainda em andamento, que vem se desenvolvendo no bojo destes caminhos que se cruzam, entre a teoria e a prática, que marcam o processo de formação. Assim, no decorrer dos estudos quer no grupo de pesquisa ou na assessoria às instituições educativas, especificamente aos Centros de Educação Infantil (CEIs), retomamos à concepção de infância, abrindo espaço para a valorização da criança em suas especificidades e suas particularidades.

Partimos da concepção de que a criança, sujeito histórico desenvolve-se por intermédio das práticas sociais e educacionais e na instituição encontra seu espaço educativo no qual se relaciona com adultos (educadores) e outras crianças. Nesse espaço são produzidos conhecimentos mediados pelos educadores. Segundo Vygotsky (2012) o adulto ocupa lugar de “mediador” entre as crianças e o mundo, entre as crianças e o objeto do conhecimento. Atua, portanto, como ‘possibilitador’ capaz de promover as interações entre ensino e aprendizagem.

Entendemos que a formação dos profissionais da Educação Infantil requer uma atenção específica. Assim, o desafio é identificar e construir princípios próprios de organização/gestão ou como a concebemos; uma ‘cultura de gestão’ para a instituição educativa que considere “[...] a necessária formação ética aliada a responsabilidade social de ser formador de cidadão em um mundo complexo como o atual”. (GOMES, 2009, p. 54). São princípios que devem orientar as práticas cotidianas desmistificando mitos, preconceitos, diversificando experiências permeadas e mediatizadas pelas relações, considerando que estas se concretizam em ambientes humanos heterogêneos, desse modo devem ser fundamentadas no respeito ao outro e principalmente no diálogo.

1 O sentido da gestão escolar: entre a construção teórica e a prática reflexiva

Revisitando a história da educação brasileira, no que tange à direção escolar, encontramos, na sua organização, a influência exercida pela administração

empresarial. Com o fim da ditadura militar e as mudanças políticas, sociais e econômicas desde a década de oitenta aparece no debate a gestão democrática e colegiada. A gestão da educação, que inclui a gestão da escola, sofreria as críticas desencadeadas nos anos 1980 destacando-se o processo político-pedagógico e a preocupação com a sua democratização que ocorreria no final da década reforçada posteriormente pela própria Constituição Federal de 1988, bem como pela LDBEN - 9394/96.

O fato é que esse panorama vem ganhando novos contornos e entendimento, principalmente no âmbito legal, o que permite alguns prenúncios de mudanças para a área da Educação Infantil. Desde a Constituição Federal de 1988 - documento legal que dá legitimidade à Educação Infantil o Estado reconhece o dever de garantir o direito da criança à educação sendo portanto, ratificada pela LDB 9394/96 que dedica um capítulo à Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.

A análise dessa trajetória indica que as ações empreendidas no espaço em que ocorrem o ensino e a aprendizagem, pressupõem relações pessoais e interpessoais, cujos objetivos dirigem-se às práticas da formação humana. Nas palavras de Russo (2004, p. 29): “A proposta de superação do paradigma da administração empresarial como fundamento da administração escolar tem por hipótese a natureza específica do processo pedagógico de produção escolar.”

Nessa perspectiva Maia (2000, p. 88) diz que; “A gestão passa a ter outro sentido, ou seja, o de suscitar o trabalho coletivo, valorizar os agentes/profissionais da ‘escola’ e contribuir para o alcance de um bom ambiente de trabalho”. Então, apenas “boa vontade” não basta. É necessário conhecimento na área e a consciência sobre responsabilidades assumidas.

Contudo, a cultura deixa marcas da historicidade que durante muito tempo ocupou os espaços dos dirigentes das instituições que cuidavam das crianças organizando espaços e rotinas em função de garantir a assistência e o atendimento das necessidades físicas e biológicas, especialmente da criança que vivia em situação de pobreza, cujos pais trabalhavam fora de casa. Diante dessa realidade, não havia necessidade de formação específica para o profissional desempenhar seu papel junto à criança, bastava cuidar. As necessidades a serem atendidas se dividiam em cuidados com a higiene, alimentação, sono e segurança física.

O significado que a Educação Infantil passa a ter vai exigir dos gestores escolares compartilhar de responsabilidades, além compromissos e atitudes de previsão daquilo que se deseja transformar. Integrar os objetivos previstos para a educação infantil ao projeto pedagógico do CEI, observados os valores, costumes e manifestações culturais deve ser pauta de reflexão para as inovações e ações pedagógicas. Na busca de identidade própria para essa instituição, o debate central diz respeito a sua função social e educativa que facilitam definir uma identidade própria para os gestores que nela atuam com a formação continuada fundamentada na teoria e reflexão da prática.

A gestão que se fundamenta no princípio da participação coletiva pode propiciar iguais condições para todos os profissionais da escola em favor das crianças, dos membros da comunidade se juntos trabalharem na efetivação do projeto escolar. O que precisa ser construído no espaço confluyente entre diferentes pessoas, onde se confrontam ou se equilibram as opiniões, se respeite a coletividade escolar. Deve ser forjado a partir de uma prática pedagógica consciente com a concepção capaz de “apontar para necessidade de avanço e de maior coerência entre aquilo em que se acredita e o que se faz”. (FARIA; DIAS, 2007, p. 21).

Tomamos como exemplo o contexto municipal em que a gestão das instituições infantis era tutelada por políticos que faziam a indicação de coordenadores. Com a criação e regulamentação da Lei n. 2628 de 30 de outubro de 2012, foi discutido e operacionalizado, pelo sindicato da categoria juntamente ao Sistema Municipal de Educação, o estabelecimento das eleições, a cada 3 anos, para o cargo de Diretor para este nível da Educação Básica.

São avanços no campo da gestão da educação infantil, porém, por si só, não garante a superação do modelo autoritário do “[...] paradigma racional positivista, na qual a relação entre sujeito e objeto é vista de forma fragmentada”. (BORDIGNON e GRACINDO, 2009, p. 151). Conforme o modelo de gestão adotado as instituições se organizam e adequam ao próprio sistema que dificultam, embora, não determinam a adoção de um paradigma democrático/participativo.

Esta fragmentação pode ser vista no contexto dos CEIs em que atuam professor e atendente na prática diária. A experiência empírica permite perceber, ainda em alguns locais, uma dinâmica de trabalho em que se revezam: o primeiro se encarrega do educar e o segundo tem a função de cuidar, como se uma ação não estivesse, intrinsecamente, ligada à outra e a primeira fosse mais ‘importante’ do que a segunda. É

preciso superar a fragmentação no sentido de articular estas duas ações tão importantes. O que implica considerar práticas que contemplem um projeto e um currículo que “promovem não apenas o reconhecimento, mas a incorporação de atitudes que ressaltem as diferenças de forma que sejam tomadas como constituintes de identidade dos sujeitos, na perspectiva da transformação das relações sociais.” (BRASIL, 2006, p. 91).

Para que os profissionais organizem um trabalho educativo pautado no dimensionamento para o educar, tendo em vista preceitos da diversidade, a proposta curricular deve contemplar “[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças como os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico.” São práticas, intencionalmente, planejadas e efetivadas considerando “[...] a integralidade e a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças [...]”. (PARECER CNE/CEB n. 20, p. 6, 2009). A centralidade e a efetivação dos aspectos relacionados à diversidade social e cultural devem se materializar na organização, nas práticas e nas relações entre os profissionais.

Neste sentido, cabe então ao gestor/diretor:

[...] apropriar-se de profundo conhecimento de si próprio e da criança, dominar conhecimentos culturais e científicos, produzir uma visão crítica e política da realidade, gostar da criança e compreender sua forma lúdica e criativa de conhecer, além de desenvolver as capacidades de observação e reflexão, de articulação criativa e dinâmica entre teoria e prática e de trabalho em equipe. (DIAS, 1997 *apud* GOMES, 2009, p. 51).

Torna-se um desafio para muitos exercer uma ‘cultura de gestão’ que se quer, colegiada e participativa, tomando os contornos próprios da Educação Infantil. Assim, as ações de formação, empreendidas pelo grupos de estudo e pautadas na pesquisa qualitativa, fundamenta-se nas dimensões: política e teórica acerca da concepção de infância, gestão, currículo, programas, planejamento, ensino e aprendizagem. Entendemos que os estudos apenas não bastam para conhecer as respostas, mas orientam o processo de reflexão sobre as novas exigências impostas ao papel dos gestores escolares e as práticas pedagógicas considerando que sua atuação vai além do planejamento, coordenação e direção.

Tanto quanto o agir é percebido de uma maneira totalitária, o conhecimento também tende a seguir as mesmas premissas. Portanto, igualmente, a interdisciplinaridade pode nos ser útil, porque requer atitudes orientadas pelo planejamento, parcerias, humildade em aceitar as diferenças, pelo diálogo e resiliência,

entendida aqui como a capacidade de ser perseverante diante das dificuldades. Mas, acima de tudo ter flexibilidade, poder voltar atrás e ter equilíbrio na tomada de decisão junto ao coletivo. Em pesquisa e formação o que se pretende é preparar o profissional para enfrentar as situações adversas que certamente surgem no cotidiano escolar. (TAVARES, 2002).

Assim, a formação prioriza um saber por inteiro que necessita uma atitude crítica diante da realidade, pois o pensamento;

[...] não se reconhece no regaço de um saber que já se tem, mas no jogo de um aprender que não termina; não na segurança das respostas, mas na inquietude das perguntas; não no repouso finalmente conseguido do resultado, mas no movimento incessante da aspiração e da busca; não na arrogância triunfante da posse, mas na meditação ansiosa do desejo. (LARROSA, 1997 *apud* RIOS, 2001, p. 45).

É, portanto necessário articular saberes, conhecimentos, vivências para uma perspectiva geral do contexto escolar, objetivando uma maior reflexão sobre as atuais exigências para a instituição que atende a criança de 0 a 5 anos. A construção da identidade do profissional/gestor que atua na educação infantil caminha na perspectiva da compreensão sobre o que é próprio para essa etapa da educação visando, ao mesmo tempo, o fortalecimento das práticas mais democráticas.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, tem papel importante no desenvolvimento do ser humano. Percebemos uma mudança significativa na sua função social e política representando uma oportunidade para a gestão escolar buscar alternativas no sentido de articular os documentos legais (parâmetros curriculares nacionais para Educação Infantil, Resolução n. 5, entre outros) às propostas de atividades significativas tendo em vista o processo ensino e aprendizagem das crianças. Desse modo é importante esclarecer sobre quais concepções de gestão de Educação Infantil, de criança e de infância que norteiam os caminhos possíveis para prática dos gestores/diretores e coordenadores pedagógicos.

2.1 Concepção de infância: a criança sujeito da educação

Quando concebemos a criança como sujeito histórico, como natureza própria e situada numa cultura de determinada organização social, os fins e meios educacionais estarão condicionados a um tempo e espaço. Veiga (2010, p. 16) ressalta a necessidade de “[...] ir além de uma lógica supostamente natural/evolucionista de

entendimento da infância como uma das etapas biológicas da vida, ou seja, é preciso compreender o tempo geracional numa perspectiva relacional como dimensão da experiência humana” ela nos remete a compreender a criança em seu viver; no seio da família, nos grupos sociais, na ‘escola’ por meio dos quais vai constituindo sua história.

Se, tomarmos os múltiplos processos de significação a que a criança está afeta podemos compreender que sua educação, seja no meio familiar, social ou nas instituições próprias para esse fim, tomará os contornos desse processo. E, a prática cultural nos mostra o mundo construído e recriado por meio da ação do homem sobre os espaços e tempos sociais e nesse contexto o adulto e a criança vão se constituindo e formando-se numa ação compartilhada por uma articulação dinâmica entre: as dimensões cognitivas, afetivas e sócio-cultural. Portanto, cultura define certa maneira de ser e de agir, articula saber, conhecimento, vivência, pessoas, sentidos e significados que se traduzem em práticas ou ações. Ainda é muito comum ouvirmos a expressão: O que você vai ser quando crescer? A criança é “agora”, conforme nos apresenta Sarmiento (2013), ao dizer que

[...] os Estudos da Criança procuram compreender a criança como ser biopsicossocial e a infância como categoria estrutural da sociedade (no âmbito das categorias geracionais), procurando fazê-lo numa perspectiva totalizante, não fragmentária e, por consequência, interdisciplinar. Fazem-no, também, recusando o estatuto da criança como ‘ser-em-de-vir’ (na verdade todos os seres humanos são ‘seres-em-de-vir’ independentemente da idade), para se centrarem nas características atuais, presentes, sincrônicas da criança como ‘ser-que-é’ na completude de suas competências e disposições. (SARMENTO, 2013, p. 15).

Permitimo-nos completar: ser que fala, pensa e age, um ser em construção, que é influenciado e influencia o seu meio. A criança real é tempo, movimento e um ser de transformação que nos diz de suas necessidades de todas as maneiras. Devemos observá-las e compreender suas mais variadas formas de expressão e de linguagem. Assim, o respeito a estas especificidades e ao conhecimento teórico já produzido podem fundamentar o trabalho da gestão.

Quando compactuamos com o conceito de “[...] criança como sujeito histórico e social, capaz de expressar ideias e sentimentos e de assumir sua condição de sujeito inventivo, com poder de virar pelo avesso a ordem natural (ou naturalizada?) das coisas”. (MICARELLO; DRAGO, 2008, p. 133) queremos conceber a infância com as singularidades e especificidades que a diferem do adulto. Esse ‘olhar’ vem em um crescente movimento contribuindo para o entendimento de que ela é sujeito de direitos, situado historicamente e possuidora de saberes.

A criança está imersa em um contexto social e manifestações culturais que anunciam um mundo dinâmico e produtivo. No interior dos acontecimentos interage com o meio da maneira mais peculiar, manifesta, experimenta e, por meio das invenções, faz de conta, fantasias, desejos e brincadeiras, ela se comunica e se mostra aos outros. Mostra-se por meio das mais variadas linguagens de que lança mão para ser e compreender o mundo a sua volta. “Um mundo em que precisa desbravar e entender seus mistérios, manifestar suas emoções, sentimentos e pensamentos, interagir e participar da construção da cultura. Logo, pela expressão da sua identidade, fazer sua história”. (UNESCO, 2005, p. 85).

A partir desse entendimento existe toda uma dinâmica para mudanças no currículo a ela proposto indispensável para atender suas especificidades, particularidades e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, sociais que prevê a aprendizagem e o seu desenvolvimento integral. Conforme explicita a Resolução nº 5 (2009) em seu Art. 4º:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Estes são aspectos que merecem especial atenção, pois ao se sentirem desafiadas, as crianças constroem seu conhecimento, a partir de um esforço inerente a elas. Nesse processo, utilizam hipóteses e diferentes linguagens para compreenderem o mundo que as cercam. Nas interações que estabelecem com o outro (objetos e pessoas), nas brincadeiras que “explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos [...]”. (BRASIL, v. I, 1998, p. 21).

A questão é como valorizar os conhecimentos que ela possui e a partir deles auxiliá-las a desenvolver novas atitudes calcadas em sua curiosidade natural, pois,

[...] Não basta selecionar conteúdos de aprendizado, é necessário também refletir como eles serão trabalhados com as crianças. Assim como não é suficiente afirmar que os conteúdos não serão apresentados como verdades já prontas, mas construídos na interação com elas, caso não se tenha clareza a respeito desse processo de construção. (OLIVEIRA, 2010, p. 220). (Grifo nosso).

Trata-se de ousar com propostas que estimulem, na criança, a sua criatividade diante de experiências frequentes e significativas. Contudo, percebemos

que há um “[...] conflito entre o que se acredita que deva ser feito com as crianças na Instituição de educação infantil e sua prática real, carregada de ambiguidades e múltiplas facetas”. (GOMES, 2009, p. 164). E, a possibilidade de mudança desse quadro está no movimento incessante dos questionamentos, dos conflitos e das inquietações sobre as concepções de educação, de infância e de criança que fundamentam as práticas cotidianas dos gestores que se volta para a formação humanizada do profissional da Educação Infantil.

3 As conquistas e perspectivas: necessidade de continuar.

A princípio, podemos dizer que a Educação Infantil nem sempre teve lugar de destaque no que tange as propostas educacionais. O crescente avanço se configura no campo das ideias caracterizadas por meio de leis, documentos oficiais e estudos sobre o desenvolvimento infantil. Contudo, no desenho que vem se formando, a partir deste estudo, das leituras teóricas e de mundo para a compreensão do papel que assumem os gestores na instituição educativa o que queremos evidenciar é a construção de uma identidade gestora específica e singular à área da Educação Infantil.

Em nosso contexto, percebemos que os princípios que regem e fundamentam as ações da gestão se aproximam das concepções de infância e de crianças tomando-as, assim, sujeitos que aprendem por meio das relações que estabelecem com objetos e pessoas. Nesse sentido, acreditamos na possibilidade da organização do CEI tornar-se um espaço de compartilhamento de significados, de aprendizagens mediatizadas pela reflexão conjunta sobre “planos de trabalho, problemas e soluções relacionados à aprendizagem dos alunos e ao funcionamento da instituição”. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p. 308).

Sinais desse movimento são evidenciados na atuação de vários diretores, na verdade diretoras eleitas que lideram mudanças efetivas na elaboração de sua proposta pedagógica partilhadas com a equipe de coordenadores e professores. Observa-se a construção de uma ‘cultura de gestão’ que vem se configurando nos CEIs permeada pelo respeito às convicções, a escuta do outro, a convivência e a partilha de saberes. Podemos vislumbrar, nesses contextos, uma gestão democrático-participativa o que significa um dimensionamento quanto o papel do gestor ao planejar e organizar situações em que o diálogo possa contribuir nas tomadas de decisões diante da

elaboração da proposta pedagógica, bem como nas ações que se efetivam cotidianamente. Tal movimento, conforme já assinalado neste trabalho, remete a cada um o comprometimento de cumprir o papel que lhe cabe na cooperação e contribuição do processo educativo. “Assim, além de dialogar e problematizar, é necessário pensar soluções que, no cotidiano, interfiram e alterem a realidade.” (BRASIL, 2006, p. 93).

Na continuidade do desenho iniciado remetemos à metáfora da “cama de gato,” em que a criança “mete os dedos para tirar a figura com que desenha a vida”. (SARMENTO, 2012, p. 5). Em contextos marcados pela complexidade e heterogeneidade os modos de agir dos gestores dos Centros de Educação Infantil devem considerar o ‘outro’, adulto e a criança, para apreender seu mundo, mexendo na organização das instituições dando a elas um desenho novo, contornos em seus espaços e com novas ações articular os tempos de aprendizagem para que a “cama” seja melhor desenhada.

Na trilha de seus contornos, enfatizamos uma das perspectivas diante da proposta de formação do Grupo de Estudos, são proposições que se relativizam diante das ações desenvolvidas no espaço e tempo da instituição educativa, de ações que evidenciam a qualidade das relações promovidas pelos profissionais. A reflexão que fazemos incorporando preceitos da diversidade como proposta de formação é a possibilidade do diálogo entre os sujeitos e suas práticas. Pois, é no cotidiano das instituições educativas que as múltiplas linguagens são reveladas, tanto pelas crianças como pelos profissionais que com elas trabalham e mediante esse universo projeta-se uma gestão própria e específica, uma ‘cultura de gestão’, para a Educação Infantil. Desse modo caminha a gestão, tendo em vista que garantir o direito de todas as crianças à educação deve partir do princípio que evoca o sentido de pertencimento ao espaço da infância. Garantindo, também, o sentido de pertencimento do grupo/profissionais da educação.

Ao gestor cabe organizar espaço de discussão e de tomada de decisões coletivas enfatizando o respeito pela dignidade do ser humano e pela diversidade. “Conviver com a diferença (e com os diferentes) é construir relações que se pautem [...] na igualdade social, na igualdade de oportunidades e no exercício de uma prática e posturas democráticas”. (GOMES, 2008, p. 30). Este, podemos dizer, é um dos eixos que norteiam nossa experiência, considerando a criação de condições para que os gestores/profissionais/educadores sintam-se responsáveis pela organização de ambientes e de um currículo que garanta a promoção de atividades pedagógicas revestidas na e

para a aprendizagem das crianças favorecendo o desenvolvimento integral, a socialização e, conseqüentemente sua inserção no mundo cultural e social.

Entendemos que a aproximação do contexto legal ao contexto real demanda trabalho conjunto a fim de produzir saberes e formas de realizações infinitas, dentro de uma possível perspectiva de mudanças diante do reconhecimento e compreensão do 'outro'. Somente o questionamento daquilo que está ao nosso redor pode nos mostrar o melhor caminho como o nos fala o poeta Manoel de Barros (2010): "só a alma atormentada pode trazer para a voz um formato de pássaro...".

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. da S. (Orgs.) **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo, Cortez Editora, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 44/2004. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. Lei Federal nº 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. MEC/CNE/CEB, 2009.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 20 de 11 de novembro de 2009**. MEC/CNE, 2009.

_____. **Conae 2010**: Conferência Nacional de Educação. Brasília: MEC/SEB, 2010.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de; DIAS, Fatima Regina Teixeira de Salles. **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GOMES, Marineide de Oliveira Gomes. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TAVARES, . In. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAIA, Graziela Zambão Abdian. Contexto atual, gestão e qualidade de ensino. In. MACHADO, Lourdes Marcelino (Coor.) e MAIA, Graziela Zambão Abdian (Org.).

- Administração e Supervisão Escolar:** questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.
- MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares da Silva; DRAGO, Rogério. Concepção de infância e educação infantil: um universo a conhecer. In. KRAMER, Sonia (Org). **Profissionais da educação infantil:** gestão e formação. São Paulo: Ática, 2008.
- MUNARI, Bruno. **Fantasia, invenção, criatividade e imaginação na comunicação visual.** Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- RUSSO, Miguel Henrique. Escola e Paradigmas de Gestão. **Eccos revista científica.** v. 6, n. 1, jun. 2004. p. 25-42.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Construir a educação infantil na complexidade do real. **Pátio – Educação Infantil.** n. 32. Porto Alegre, jun/set, 2012.
- _____. Os estudos da criança e seu programa epistemológico. In. TEODORA ENS, Romilda; GARANHANI, Marynelma Camargo (Orgs). **A sociologia da infância e a formação de professores.** Curitiba: Champagnat, 2013.
- UNESCO. **A criança descobrindo, interpretando e agindo sobre o mundo.** Brasília: UNESCO, 2005.
- VEIGA, Cynthia Greive. As crianças na história da educação. In. SOUZA, Gizele de. **Educar na Infância:** perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.
- VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2012.